

Engajamento prático no mundo: implicações e extensões da analítica espacial em Henri Lefebvre

Compromiso práctico en el mundo:
implicaciones y extensiones de la analítica
espacial en Henri Lefebvre

Practical engagement in the world: spatial
analytical implications and extensions
proposed by Henri Lefebvre



Everton Rodrigues da Silva

Universidade Federal de Alfenas – Minas Gerais – Brasil

everton.silva@unifal-mg.edu.br



João Marcos Veiga

Universidade Federal de Minas Gerais – Minas Gerais – Brasil

joaomarcosveiga@gmail.com

Resumo: Este artigo explora o conceito de *produção do espaço* de Henri Lefebvre, destacando dois de seus princípios essenciais: a ontologia espacial de caráter relacional e a tríade espacial percebido-concebido-vivido. Tais desdobramentos, importantes nas proposições do filósofo, são pouco abordados a partir de um aspecto fundamental de sua obra, aquele que afirma a realidade como socialmente produzida e o engajamento prático no mundo como um ato permanente de produção e criação dessa realidade. Assim, este trabalho propõe uma aproximação do pensamento lefebvriano com a Antropologia, esquadrinhando um *direito à cidade* renovado, que inspire práticas progressistas, emancipatórias e participativas, frente aos desafios urbanos contemporâneos.

Palavras-chave: Produção do espaço. Henri Lefebvre. Espaço vivido. Analítica espacial lefebvriana.

Resumen: Este artículo explora el concepto de *producción del espacio* de Henri Lefebvre, destacando dos de sus principios esenciales: la ontología espacial de carácter relacional y la tríada espacial percibido-concebido-vivido. Tales desarrollos, importantes en las proposiciones del filósofo, rara vez son abordados desde un aspecto fundamental de su obra, el que afirma la realidad como producida socialmente y el compromiso práctico en el mundo como un acto permanente de producción y creación de esta realidad. Así, este trabajo propone una aproximación entre el pensamiento lefebvriano y la Antropología, buscando un *derecho a la ciudad* renovado, que inspire prácticas progresistas, emancipadoras y participativas, ante los desafíos urbanos contemporáneos.

Palabras clave: Producción del espacio. Henri Lefebvre. Espacio vivido. Analítica espacial lefebvriana.

Abstract: This article explores Henri Lefebvre's concept of space production, highlighting two of his essential principles: the spatial ontology of a relational characteristic and the perceived-conceived-lived spatial triad. Such developments - which are important in the philosopher's propositions - are hardly addressed from a fundamental aspect of his work. The first affirms reality as socially produced and the second practical engagement in the world as a permanent act of producing and creating that reality. Thus, this work proposes an approximation of Lefebvrian thought with Anthropology, examining a renewed right to the city, which inspires progressive, emancipatory and participatory practices in the face of contemporary urban challenges.

Keywords: Space production. Henri Lefebvre. Lived space. Lefebvrian spatial analytics.

Introdução

A literatura acadêmica sobre o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre é variada, perpassando diversos campos disciplinares e temáticas, em função de sua abrangente e volumosa produção, bem como pela duradoura contribuição de seu pensamento na compreensão de fenômenos atuais e pela conexão de suas ideias com pensadores contemporâneos, sendo continuamente citado em artigos e livros nacionais e internacionais que abordam problemáticas emergentes e historicamente consolidadas no campo interdisciplinar dos estudos urbanos.

Assiste-se atualmente ao crescimento de uma inclinação epistemológica preocupada em estudar a realidade social por meio da ação das pessoas, algo que Lefebvre, já na década de 1970, insistia ao estimular que o estudo do espaço priorizasse a compreensão da realidade vivida, concepção subjacente ao conceito de *produção do espaço*. Este artigo apresenta esse conceito fundamental na analítica espacial proposta pelo filósofo sob um ponto de vista singular, ressaltando um aspecto central, porém pouco enfatizado pelos intérpretes de Lefebvre: a realidade é socialmente produzida e o engajamento prático no mundo é um ato permanente de produção (criação) dessa realidade. Lefebvre incorpora em sua analítica espacial a preocupação com a centralidade momentânea da ação, observada em sua obra pela ênfase no *corpo em ato* como princípio disparador da consciência de si e do mundo.

Após essa breve introdução, o texto se estrutura com uma apresentação do conceito de *produção do espaço* para, na sequência, discorrer sobre dois de seus desdobramentos essenciais: a crença numa ontologia espacial de caráter relacional e a utilização da tríade percebido-concebido-vivido como caminho epistemológico para estudar a produção do espaço. Na sequência, são explorados desdobramentos da dialética lefebvriana acerca do engajamento e ação cotidiana em interface com contribuições antropológicas. Por fim, as considerações finais perfilam possíveis contribuições dessa perspectiva.

A produção do espaço

A fim de fugir da vulgarização do termo *produção*, Lefebvre

(1974/2006) retorna a Karl Marx e Friedrich Engels, para os quais o vocábulo refere-se à ideia de que os homens, enquanto seres sociais, produzem sua vida, história, consciência, imaginação e seu mundo, “mesmo se essas formas não trazem a marca dos produtores e da produção” (LEFEBVRE, 1974/2006, p. 70). Em sua perspectiva ampla, a noção de *produção* acarreta a (re)produção de relações sociais e espaciais e não somente de coisas/mercadorias (CARLOS, 1996).

A proposta lefebvriana vai além de uma economia política das coisas do espaço. Abandona-se a ideia do espaço como simples palco da ação humana, como localização dos fatos/fenômenos, como uma superfície na qual a história se desenvolve, como um mapa a ser desenhado e redesenhado (CARLOS, 2012a, 2012b), ou ainda como um receptáculo das ações de planejamento urbano. Lefebvre dedica boa parte do livro “A produção do espaço” ao combate dessas concepções. Indo além do âmbito específico do mundo do trabalho e da produção de mercadorias sem, todavia, renegá-lo, para o filósofo francês o espaço é produzido socialmente na vida diária. O homem produz um mundo objetivo, através de suas práticas *socioespaciais*, ao mesmo tempo que forja uma consciência de si (CARLOS, 2012a). Esse movimento acentua o entendimento do espaço, na teoria social contemporânea, como o plano da produção/reprodução da vida (do habitar, do lazer, da vida privada, da natureza etc.).

A noção, pois, de *produção do espaço* diz respeito à articulação dialética entre o espaço e o social, isto é, as ordens social e espacial agem simultaneamente e a relação entre ambas é permanentemente atualizada, sem que haja a ideia de causalidade mecânica (LEFEBVRE, 1974/2006). Edward W. Soja (1989/1993) considera tal preocupação como central para a tomada de consciência da problemática espacial, questão intrínseca ao modo de produção capitalista.

O geógrafo Milton Santos (1996/2012) possui um discurso análogo quando propõe que o espaço é a produção das formas-conteúdo, animado por uma totalização ininterrupta (o espaço está sempre em transformação, nunca pode ser tomado como um *a priori*), ou como fixo e fluxos, ou ainda como uma série de redes interdependentes e superpostas, onde mudanças numa afetam as demais. O conceito de rede, no entanto, não deve ser reduzido a um suporte material/físico, ainda que não seja possível prescindir de alguma forma de materialidade. Santos propõe que a *rede* é, em verdade, fluxo (conteúdo) social e político. Os modos de

organização de tais fluxos geram o lugar. Assim, os elementos no espaço são pontos de passagem para múltiplos fluxos de sentido - são eles que dão significado ao conjunto. Essa noção está igualmente presente em vários trechos¹ da obra de Lefebvre: coisas e objetos são produzidos por suas relações. Portanto, o espaço redefine os objetos que o formam, de modo que o mesmo objeto e as mesmas ações podem, com o tempo - seja um instante fugidio ou duradouro -, mudar de significação, dependendo da rede de relações na qual estão imersos.

A nosso ver, a compreensão do espaço como uma teia de relações, constituindo permanentemente objetos-ações e sujeitos individuais ou coletivos (e não constituído por), localizados historicamente, é um desdobramento imediato da noção lefebvriana de *produção de espaço*. A visão de que a realidade pode ser representada por fluxos (relações ou processos) não é nova² e, certamente, no mundo contemporâneo assiste-se a popularização da rede como conceito capaz de representar os fenômenos sociais em termos de suas relações. Mesmo no debate público cotidiano dificilmente essa concepção seria rejeitada. No entanto, a noção aqui proposta guarda uma especificidade mais complexa, salientada na sequência.

Van de Ven e Poole (2005) sugerem que as visões ontológicas apoiadas na ideia de coisas (fixas) e processos (fluxos ou relações) podem ser sintetizadas em dois pontos de vista. O mundo é feito de coisas e a mudança ocorre por meio de processos que agem sobre as coisas, que as deslocam de um estado para outro, mas a coisa está lá; ou o mundo é constituído por processos e as coisas são o resultado da reificação (da naturalização) desses processos. Quando propomos que o espaço seja concebido por uma ontologia de fluxo (ontologia relacional), como um contraponto a uma ontologia de substância, a ênfase é na segunda perspectiva. O que, habitualmente, entende-se por coisa (fixos no espaço) são significações naturalizadas.

Assim, a noção de *produção do espaço* implica em aceitar a existência de uma continuidade ontológica entre o indivíduo e sua ação no mundo. Isso ajuda a melhor compreender a tríade espacial proposta por Lefebvre, especialmente a ênfase do autor no engajamento prático no mundo (o corpo em ato, o sujeito de carne e osso em sua vida ordinária) como um momento criativo/inventivo responsável por formar nos indivíduos a consciência que tem de si e da realidade - algo que será retomado adiante. No entanto, a ação do indivíduo no aqui e agora não é um

ato ingênuo de liberdade, ela se vincula a condições objetivas de vida desse sujeito, à sua história, ao local onde nasceu e vive, e também aos valores com que foi socializado em locais diversos: na rua, na escola, na família, na mídia.

Para dar conta dessa complexa dinâmica, Lefebvre propõe uma epistemologia fundamentada na articulação dialética entre três dimensões da realidade, chamadas de espaço *percebido*, *concebido* e *vivido*. Essa perspectiva analítica foi nomeada pelo geógrafo Edward W. Soja (2000/2008) de “trilateral” espacial. O *percebido*, *primeiro espaço* (Soja, 2000/2008), refere-se ao conteúdo apreendido sensorialmente, aquilo que o indivíduo capta do mundo externo através, especialmente, da visão – é o espaço perceptual da fenomenologia³, dizendo respeito ao presente no espaço imediato (prático-sensível).

O *espaço concebido* (também chamado de *representações do espaço* ou *representações sociais*) refere-se ao espaço preenchido pelos saberes; é o espaço pensado, intelectualizado. É constituído por conhecimentos diversos e ideologias naturalizadas, pelas convenções, pelos sentidos sociais reificados. Portanto, essa dimensão forja um saber-poder. Na interpretação de Soja (2000/2008), o espaço concebido (ou *segundo espaço*) vincula-se ao espaço urbano apreendido mentalmente, construído abstratamente por imagens, pensamentos e representações simbólicas. Significa, portanto, o *imaginário urbano*, “o 'mapa mental' que todos levamos conosco como parte ativa de nosso modo de experimentar a cidade [...]” (SOJA, 2000/2008, p. 39), incluindo a utopia urbana. De forma geral, refere-se a uma realidade tomada como *a priori*.

Por sua vez, o *espaço vivido* (*espaço das representações* ou *espaço representado*) é fruto da simbolização ininterrupta dos indivíduos acionada no fazer diário. Lefebvre o entende como o tempo vivido das diferentes pessoas que habitam o espaço. Seria possível qualificá-lo como o *espaço apropriado* – o espaço em uso. Aqui, chegamos a um ponto central: o uso do espaço implica um desacordo com o valor de troca do espaço, pois o uso não pressupõe propriedade e, sim, *apropriação* e *participação* – uma vez que apropriar-se de algo é fazer parte, isto é, participar do seu processo de criação (co-criar o espaço), exatamente o contrário da alienação, de situar-se fora, à margem. A relação direta entre apropriação e criação (entre produção e criação) é crucial na analítica lefebvriana, algo que buscamos destacar neste artigo e que, frequentemente, não é observado com propriedade.

Engajamento prático no mundo

Em Lefebvre, o sentido de criar/inventar, como se produzíssemos cotidianamente uma obra de arte – não na acepção de um produto artístico, mas no sentido de obra em processo – está contido no significado de apropriação. O conceito de *produção do espaço*, dessa forma, contém e se constrói no binômio apropriação-criação e essa natureza subjetiva é expressa pela dimensão do *espaço vivido*. A partir de seu pensamento, pode-se conceber uma arte no cotidiano, no sentido de poesia, de artesanaria, em oposição à mera reprodução ou representação. Não uma arte levada ao cotidiano, mas um cotidiano que se manifesta como arte, como um espaço de ação, de invenção cultural.

Para Lefebvre a porta de entrada para o estudo do espaço é o vivido, isto é, a realidade apreendida pelos corpos engajados, em ação⁴. Essa interpretação encontra respaldo no fato de que sua analítica – chamada por ele de *ritmanálise* – deve prosseguir a partir do corpo, sendo este a primeira espacialidade do conjunto do espaço. Argumenta Lefebvre que a gênese de uma ordem distante só pode ser encontrada examinando-se a base do que está perto de nós, do que é da ordem corporal. Em diálogo com estudos da antropologia, sobretudo a partir de Connerton (1999, p. 81), o corpo socialmente constituído é, assim, o ponto de ligação de diferentes níveis de convenções e portador de memória acumulada – uma memória-hábito sedimentada na conformação corporal, que se expressa na prática performativa cotidiana.

Embora a história do espaço implique em compreender a reunião simultânea da triplicidade espacial, é a experiência concreta, do corpo em processo, que interessa ao filósofo francês. A verdade do espaço – em contraposição ao conhecimento sobre o espaço que se diz verdadeiro, mas que prescinde da experiência – é revelada pela *prática socioespacial* engendrada no *vivido*. O *vivido* é o *locus* da ação, a centralidade momentânea da ação. Isso significa que o “real” nunca se torna completamente fixo/fixado, ele está constantemente em um estado de mobilização, daí a ideia de processo/movimento, devir ou de “produção” ininterrupta subjacente ao conceito de *produção do espaço*. Portanto, o foco de investigação desloca-se do estudo do espaço para o estudo do processo de produção desse espaço.

Colocar acento no *vivido* contribui para inserir Lefebvre no rol de pensadores que valorizam o indivíduo em suas interações

cotidianas. É em sua vida ordinária que o homem concreto – o sujeito de carne e osso – atribui sentido às transformações da sociedade, forja sua existência e resistência ou, deveríamos dizer, sua “re-existência”. O filósofo está preocupado em afirmar uma postura investigativa que tem como aspecto central a construção do saber a partir da perspectiva dos agentes sociais em ação. Prática e teoria se confundem. Os sentidos se tornam teóricos, a teoria revela o sentido do sensível (LEFEBVRE, 1974/2006).

Nessa perspectiva, Lefebvre é um filósofo da imanência⁵, na medida em que nega a soberania do plano físico-perceptual (mundo fenomênico) e do plano das representações na determinação das vidas humanas e valoriza o engajamento do ser humano no plano da vida como o momento de criação (de inventividade, diferenciação, singularização). O sujeito não é dirigido por uma racionalidade apriorística acionada por um sistema organizador da vida humana que prescindir de *vivido*⁶. Para o filósofo, a vida é imaginada como uma multiplicidade de forças acionadas na experiência, naquilo que Deleuze e Guattari chamaram de plano de consistência/imanência ou, ainda, de corpo sem órgãos (CsO).

O engajamento no mundo – a experiência momentânea – seria, assim, um *dever criativo*: os indivíduos agem para pensar, misturam-se no mundo, e não pensam para agir. O pensamento da imanência não ignora as forças que emergem da história, do poder, da memória e das sensações, não sugere que os indivíduos estejam livres para agir, mas traz, ao primeiro plano, o agir como um momento de inventividade: passado e futuro só existem no presente momentâneo. Para Lefebvre, essa experimentação se dá em articulação com a materialidade do espaço (*percebido*) e com as representações sobre o espaço (*concebido*), como já mencionado. Ou seja, não há negligência em relação às condições estruturais.

O pensamento da imanência compreende, ainda, que a experimentação é engendrada pelo outro no espaço, pela potência de afetação do outro. Quando nos misturamos ao mundo, um diagrama de forças age sobre nós e essa ação é influenciada pela intensidade com que o outro e as coisas nos tocam. Por isso também, o plano da experiência é um movimento criativo. Assim, em Lefebvre, a prática espacial não se reduz à influência de um sistema econômico ou de uma ideologia; é, pois, alimentada por uma energia potencial de uma variedade de grupos capazes de quebrar a homogeneização de acordo com seus propósitos e afetos.

A cidade como um ato inventivo: aproximações antropológicas

Um dos pontos cruciais que balizam os debates contemporâneos nas ciências sociais e humanas diz respeito à capacidade de transformação dos contextos sociais pelas pessoas, para além da ação institucional representada pelo Estado e capital privado. Pergunta-se: qual o espaço de ação dos indivíduos em meio às influências coercitivas impostas pela racionalidade capitalista? Resta a ele alguma possibilidade de insurgência? Os sujeitos sociais encontram-se assujeitados pela ordem institucional instaurada ou é possível criar *espaços outros* a partir da habilidade permanente dos indivíduos de produzir o seu cotidiano?

Para nós, a noção de *produção do espaço* responde a essas questões positivamente, pois reconhece que os indivíduos possuem um *espaço de ação* (*espaço de insurgência ou espaço de significação*) na criação (produção) de sua realidade. Dessa forma, um dos princípios da epistemologia lefebvriana é a capacidade permanente de *invenção cultural* dos sujeitos sociais acionada no encontro prático com o mundo. Esse princípio revela a grande potência política do conceito de *produção do espaço*.

Dessa leitura decorre que o conhecimento da realidade deve ser obtido a partir dos próprios sujeitos, ou seja, interessa conhecer a *cidade viva* do antropólogo Michel Agier (2011) ou a *cidade praticada*, de que nos fala o historiador Michel de Certeau (1980/1998). Essa leitura aproxima Lefebvre de epistemologias contemporâneas focadas na captura do *presente etnográfico*, notadamente, aquelas de inspiração antropológica. A seguir, nos ocuparemos de tornar mais claro esse diálogo.

Michel Agier propõe conhecer a cidade a partir dos indivíduos que nela vivem, observando sua experiência ordinária e ritualística e os lugares e situações concretas por onde circulam. Esse conhecimento é produzido por meio do contato direto protagonizado pelo pesquisador. É necessário mudar a pergunta sobre “o que é a cidade” para o que “faz a cidade”. A problemática desloca-se do objeto para o sujeito que o produz – o que significa dizer, na linguagem lefebvriana: sai de cena a cidade como uma reunião acabada, estática, para que a pensemos como uma perpétua produção, invenção, um devir.

Desse modo, abre-se a possibilidade para a construção de uma nova representação sobre a cidade, dando “[...] ao saber antropológico um lugar à parte e reconhecível no conjunto dos conhecimentos *da* e *sobre a* cidade, disponibilizando-os para todos.” (p. 37). Almeja-se uma cidade em processo, sentida e vivida, dizendo respeito à experiência dos cidadãos. Ou seja, o projeto de conhecer os fenômenos urbanos apoia-se no exame de suas contingências⁷, a tal ponto que “[...] o antropólogo tem necessidade de se emancipar de qualquer definição normativa e *a priori* de cidade para poder procurar a sua possibilidade por toda a parte, trabalhando para descrever o processo” (AGIER, 2011, p. 37).

O antropólogo norueguês Fredrik Barth é igualmente enfático ao criticar a falácia de uma ideia apriorística de cultura e das práticas que se dão nas cidades. Se, num primeiro momento, o discurso holístico possibilita uma retórica englobante, na investigação ele se mostra frágil, uma vez que o caráter homogêneo e linear não se sustenta. Indo adiante, Barth defende que além de considerar a cultura como processo, é preciso descrever a atuação e posicionamento dos sujeitos, distribuição de influências, interdependências, cadeias de eventos e trocas simbióticas nas fronteiras, muitas vezes vistas erroneamente como estáticas e coerentes (BARTH, 2000, p. 130). Assim nos aproximamos de uma visão mais complexa e empiricamente analisada de cidade e cultura.

De maneira semelhante, a investigação pretendida por Agier (2011, p. 60) assume que conhecer a realidade a partir da perspectiva dos sujeitos sociais implica em compreender “[...] que as ações, as interações e suas representações são definidas a partir de uma dupla relação: a dos cidadãos entre si e a deles com a cidade como contexto social e espacial. Essas relações podem mudar em cada implicação situacional (*engagement situationnel*)”. A perspectiva situacionista enfatizada pelo autor⁸ é equivalente à ênfase dada por Lefebvre no *engajamento prático no mundo*.

Observar não somente o sujeito em seu contexto, mas a tríade sujeito–contexto–situação é valorizar o enfrentamento das situações ordinárias (o presente, o corpo em processo/ato, o plano da imanência) como elemento disparador da construção da realidade social e dos sujeitos em si. Um sujeito não é uma realidade formada integralmente *a priori*, ele se faz e desfaz nas diversas situações em que se engaja, possui uma plasticidade social que Agier nomeia de *criação cultural*. Nessa perspectiva, a cultura é um vir-a-ser, ou seja, um permanente processo de criação (invenção) acionado no enfrentamento do cotidiano.

A concepção da *cultura como processo* abre espaço para o entendimento da *cultura como invenção* e vice-versa. Ambas as expressões são equivalentes conceituais. Essa afirmação fica clara ao examinarmos o que disse Roy Wagner (1975/2012) sobre a visão de *invenção* como princípio organizador da experiência prática (da vida). Ao apresentar a cultura como uma capacidade humana de inventar, de agir/produzir/criar a partir da convenção, Wagner questiona o próprio significado da convenção como um *a priori* igualmente universal para todos aqueles expostos a ela e estabelece uma crítica à própria antropologia – estendida à produção do conhecimento na ciência em geral – que, em seus primórdios, sustentava a noção de razão como ordem hegemônica e determinante da vida social. Para o antropólogo americano, a ordem é uma *invenção reificada*, uma invenção estabelecida como convenção.

Diante disso, ele sugere que a antropologia deve superar sua concentração na investigação sobre o mundo fenomênico e focar “[...] o ponto a partir do qual o jogo e a contradição se tornam mais importantes que a afirmação da Cultura” (WAGNER, 1975/2012). Essa perspectiva é compartilhada por Gell (1998/2009), Agier (2011) e José Reginaldo Gonçalves (1996/2007), para os quais o objeto da antropologia está em trazer à tona o processo de *criação cultural*, evidenciando suas tensões, disputas de poder, mediações, hibridismos e traduções culturais. Interessa conhecer não a realidade como um registro fotográfico estático, mas o movimento que a gera e a atualiza; em outros termos, cabe lançar luz nos processos de reprodução e produção de discursos e identidades sociais. Nessa abordagem, a cultura passa a ser pensada em termos de seus usos, plasticidade e efeitos na criação de realidades sociais (efeitos de poder/verdade) e não a partir de propriedades intrínsecas estáticas.

Acreditamos que a leitura proposta por nós da analítica espacial lefebvriana, ao enfatizar a dimensão do *espaço vivido* e valorizar a contingência, aproxima Lefebvre da postura investigativa anunciada pelos antropólogos citados. O objetivo é explorar o diálogo entre ambas as abordagens, uma vez que várias ideias presentes na obra de Lefebvre estão postas como *insights* (SANTOS JUNIOR, 2015) e requerem ser desenvolvidas para se tornar “operacionalizáveis”. As implicações desse diálogo podem ser examinadas a partir de duas dimensões, articuladas e inseparáveis, propostas por Lefebvre (1999, apud SANTOS JUNIOR, 2015): a estratégia do conhecimento e a estratégia sociopolítica.

No âmbito da primeira dimensão, podemos imaginar que ao pesquisador cabe menos certeza *a priori* e mais informação direta, recolhida em primeira mão em relações face a face por meio de espaços intersubjetivos pautados pela continuidade epistemológica entre pesquisador-pesquisado, donde ambos constituem-se reciprocamente e simultaneamente. Sem dúvida, as análises comprometidas com o espírito de justiça social e emancipatório de Lefebvre, presente no seu ideário do *direito à cidade*, devem produzir uma crítica radical dos modelos urbanísticos tradicionais e de suas contradições, revelar a diferenciação e segregação urbanas como elementos estruturadores da dinâmica socioespacial neoliberal e a mercantilização da cidade como uma lógica homogeneizante dos espaços coletivos. Mas o exame de tais fenômenos deve se pautar no entendimento daquilo que as pessoas realmente fazem, colocando, em primeiro plano, os discursos e práticas dos agentes envolvidos. O foco desloca-se da cidade como objeto de pensamento para as interações diárias entre os sujeitos de carne e osso. Essa abertura para uma condição temporária de não-saber é um caminho para um saber que busca maior complexidade dos fenômenos urbanos, cartografando distintos modos de vida marcados por ambiguidades, incoerências, contradições, segregações, etc.

Essa postura é um antídoto para uma ciência de perspectiva única, que se anuncia crítica, engajada e porta-voz dos excluídos urbanos, mas que prescinde da própria voz das minorias. Ela também revela o desafio empírico de consolidação/recuperação de uma sensibilidade etnográfica (cf. VIVEIROS DE CASTRO, 2002; LATOUR, 2004/2006; AGIER, 2011; URIARTE, 2012), cartográfica à la Deleuze e Guattari (cf. ROLNIK, 1987; PASSOS; BARROS, 2009; SOUSA; SOUZA, 2014) ou “ritmanalítica” (cf. LEFEBVRE, 1992/2004). Portanto, qualquer teorização que não contemple essa perspectiva correrá o risco de permanecer confinada às armadilhas do pensamento reducionista⁹ e, dessa forma, reforçar o dualismo teoria-prática e as fragmentações disciplinares de toda ordem.

A ênfase no *vivido* sugere também que há um mundo para cada ser, uma vez que o espaço surge como um centro de significado construído pela experiência, isto é, pelos vários modos pelos quais conhecemos o mundo (TUAN, 1975). E como diz Yi-Fu Tuan, conhecer o lugar requer envolvimento profundo e demanda tempo. Aqui também se faz visível a potente ligação entre Lefebvre e a Geografia Cultural e Humana, com sua ênfase no estudo das microterritorialidades e multiterritorialidades, da cultura e das

microterritorialidades e multiterritorialidades, da cultura e das experiências urbanas.

A segunda dimensão diz respeito às disputas que envolvem a construção de um projeto político de cidade. Lefebvre propõe uma política urbana baseada em dois pontos: uma reforma urbana fundamentada numa ciência da cidade e protagonizada por uma coalizão social e política progressista; a proposição de projetos urbanísticos utópicos, resultantes da incorporação de distintas práxis urbanas que tragam, dentre outros aspectos, anseios ligados à apropriação do espaço, do tempo e dos desejos não regidos pela lógica hegemônica da sociedade capitalista (SANTOS JUNIOR, 2015).

Em nossa percepção, está clara a relação direta entre o desenho de uma reforma urbana progressista-utópica e a proposta epistemológica de trazer os discursos e práticas dos atores sociais para o centro das investigações que pretendem conhecer a realidade socioespacial. Uma informa a outra, do contrário teremos uma reforma urbana que pretende ser inclusiva, mas que prescinde de uma ciência urbana capaz de capturar as complexidades do espaço e a luta contínua entre os espaços abstrato e diferencial. Faz-se necessário lançar mão de abordagens metodológicas de construção de políticas territoriais que assumam, como elemento central, o princípio da observação urbana em “primeira pessoa”, associado ao levantamento de demandas técnicas, econômicas, políticas, etc. A citação abaixo ilustra essa perspectiva, ao mesmo tempo em que revela a complexidade de se construir um projeto de cidade informada por uma abordagem *bottom-up* e autogestionária.

Para promover uma lógica de construção de tais políticas públicas urbanas com visão de inclusão socio-territorial continuada é fundamental, além de superar disputas governamentais, perpetuar uma apropriação das estratégias construídas e pactuadas junto à sociedade. A assiduidade dessas estratégias depende da coerência cotidiana que elas têm para a população, pois o êxito recai sobre sua participação tanto no momento da elaboração das políticas e planos territoriais, quanto na posterior manutenção das ações urbanas. A inserção junto à comunidade só é socialmente pactuada se a abordagem não for imposta de cima para baixo, mas trabalhada com ela, em constante colaboração (LEITE, ACOSTA, HADDAD e SUTTI, 2018).

Ainda do ponto de vista da revolução urbana proposta por Lefebvre, a ênfase no *vivido* permite que se reconheça a existência de múltiplas práticas heterotópicas (com foco no que *faz a cidade*) e suas potencialidades de se transformarem em possibilidades alternativas à mercantilização da cidade, contribuindo para o mapeamento do comum urbano e para o projeto utópico de construir uma plataforma política coletiva e uma coalizão popular que agregue os diferentes potenciais de tais práticas¹⁰.

Considerações finais

Henri Lefebvre é um filósofo do movimento, do *devir*, das ideias em processo que não reclamam um encerramento. Revisitá-lo é sempre um ato ambíguo, ao mesmo tempo uma expansão e censura de seu pensamento, pois sua obra admite múltiplas interpretações e, portanto, pode ser acionada de diferentes modos para compreender a sociedade contemporânea. Esse é um ponto que julgamos relevante, pois não se pretende congelar o conceito de *produção de espaço* na perspectiva por nós proposta.

Neste artigo, enfatizamos um princípio subjacente ao conceito de *produção do espaço*, a crença na realidade como um *devir criativo* caracterizado por movimentos contínuos, transformativos, interdependentes e contingentes responsáveis pela criação de espaços diferenciais denotados por distintas racionalidades. A potência emancipatória do urbano lefebvriano reside nessa qualidade. É nítido o esforço de Lefebvre em elaborar uma teoria social comprometida com um conceito não determinístico do mundo. Embora tenha sido um crítico da invasão/colonização do cotidiano pela racionalidade instrumental propagada pelo avanço da modernidade, denunciando a relação direta desse processo com a transformação das cidades, ele não acredita que tal fenômeno seja capaz de homogeneizar a urbe e os cidadãos. A cidade continua sendo uma obra criativa, coletiva e o que lhe confere especificidade é seu valor de uso.

A referência de Lefebvre é Nietzsche, para o qual a realidade é o *espaço do devir*, do campo de possibilidades latentes e incertas (virtualidades). Ainda que haja determinações que influenciam esse devir, elas não os determina. A homogeneização – a repetição, a anulação da diferença ou a implantação de uma diferença induzida, programada, planejada –, entende Lefebvre, é um projeto ideológico do Estado, que aliado ao capital corporativo

tenta difundir práticas que impõem a lógica universal do *valor de troca* capaz de reger a reprodução da vida. Porém, a sociedade em movimento gera/produz incessantemente diferenças. Ser é produzir diferença. O enigma do corpo é sua habilidade de produzir diferenças a partir das repetições, diz o filósofo. Essa junção paradoxal entre repetição e diferença é a forma mais básica de *produção*.

Notas

1. Destacamos as páginas 76-77 e 99-100 em Lefebvre (1974/2006).
2. Basta lembrarmos do livro “Sociedade em Rede”, primeiro volume da trilogia “A Era da Informação: economia, sociedade e cultura”, publicada na década de 1990. Nesta obra, Castells (1999) sugere, inspirado nas tecnologias de informação e comunicação, que a rede é uma forma organizativa e política capaz de descrever a conexão e o fluxo de bens, serviços e informações entre cidadãos, empresas, governo, mídias, etc.
3. O *percebido* diz respeito ao processo pelo qual todos os sentidos capturados são transformados em um objeto consciente, como ocorre na fenomenologia (cf. a conceitua HESSEN, 1999). É, pois, o momento em que a consciência ordena as aparências e faz surgir um mundo objetivo.
4. A dimensão *espaço vivido* pode também ser compreendida como as múltiplas inteligências do corpo, tais como memórias, imaginações, sentimentos, emoções e significados que emergem continuamente – segundo a segundo – em nossa vida diária. Diz respeito à experiência “direta”, não mediada pelo saber. É o imediato, a espontaneidade; o ato criativo que se estabelece no “aqui e agora”; é o plano da imanência ou à noção de *presença* referenciada no livro “A presença e a ausência” de Lefebvre; é, ainda, o domínio da experiência humana aberto ao imprevisto, ao improvado, ao improvável, ao que já não está previamente estabelecido.
5. O sentido de imanência usado por nós está descrito na nota de rodapé anterior.

6. O filósofo provoca: onde/como devemos buscar a lógica do espaço? Em lugar nenhum, responde. A ideia de lógica implica uma dupla imposição de força: (1) primeiro, a necessidade de se buscar uma coerência entre os fatos; (2) segundo, a necessidade de se realizar um reducionismo, manifestado pelas estratégias de homogeneização e pela fetichização da coesão através de reduções de todo o tipo. A busca pela lógica é responsável pela fragmentação do espaço (LEFEBVRE, 1974/2006).

7. “A contingência denomina algo que não é necessário, nem impossível e, dessa forma, diz respeito à **abertura fundamental da experiência humana no âmbito social**. [...] A necessidade da redução de complexidade deriva-se dessa abertura fundamental do agir e perceber humano. Sistemas sociais têm a função de reduzir a complexidade e controlar a contingência, possibilitando assim um agir direcionado e com sentido por parte do ator social.” (BRÜSEKE, 2007, p. 72, grifo nosso).

8. Para Agier a *situação* representa uma escala microscópica de observação mais subatômica que o contexto. Gell (1998/2009, p. 256) expressa visão semelhante: “A visão antropológica interpretativa do comportamento social é compartilhada, evidentemente, com a sociologia e a psicologia social, para não falar em outras disciplinas. A antropologia se distingue delas na medida em que apresenta uma certa profundidade de foco, que talvez possa ser caracterizado como 'biográfico'; ou seja, a visão antropológica dos agentes sociais tenta replicar a perspectiva temporal desses agentes sobre eles próprios, enquanto a sociologia (histórica) é muitas vezes, por assim dizer, suprabiográfica, enquanto a psicologia social e a psicologia cognitiva são infrabiográficas. Assim, a antropologia tende a focalizar o 'ato' no contexto da 'vida' — ou, mais precisamente, o 'estágio da vida' — do agente”.

9. “O reducionismo se introduz com ares de cientificidade. Constrói-se modelos reduzidos (da sociedade, da cidade, das instituições, da família, etc.) e a eles se limita. É assim que o espaço social se reduz ao espaço mental, por uma operação 'científica' cuja cientificidade dissimula a ideologia. Os reducionistas fazem o elogio incondicional do procedimento inerente à ciência, depois a transformam em atitude e em seguida em saber absoluto, com ares de ciência da ciência (epistemologia). [...] O reducionismo atrela um saber (analítico e não crítico), com os recortes e interpretações que ele implica, ao serviço do poder. Ideologia que não diz seu nome, ele se confunde com a 'cientificidade', em que pese exceder o saber e execrar o *conhecer*. Ele constitui a ideologia científica por excelência, pois basta passar de uma metodologia a um dogmatismo para afirmar a atitude reducionista, e dela passar a uma prática *homogeneizante*, sem

cobertura científica” (LEFEBVRE, 1974/2006, p. 102-103).

10. Como lembra Tonucci Filho (2017), a utopia urbana lefebvriana é um princípio político emancipatório capaz de orientar a construção de um projeto de cidade pautado na luta contra processos de privatização e expropriação da riqueza coletiva do território e a favor do fazer-comum, da apropriação, do uso e da autogestão.

Referências

AGIER, M. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra-livraria, 2000.

BRUSEKE, F. J. Risco e contingência. **Rev. bras. Ci. Soc.** v. 22, n. 63, p. 69-80. 2007.

CARLOS, A. F. A. **A mundialidade do espaço**. In: Martins, J. S. (Org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 121-134.

CARLOS, A. F. A. **Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico**. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012a. p. 53-73.

CARLOS, A. F. A. **A produção da metrópole: o novo sentido do solo urbano na acumulação do capital**. In: RIBEIRO, A. C. T.; LIMONAD, E.; GUSMÃO, P. P. (Org.). Desafios ao planejamento: produção da metrópole e questões ambientais. Rio de Janeiro, Letra Capital: ANPUR, 2012b. p. 45-56.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **Introdução**. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012. p. 9-18.

CASTELLS, M. **Asociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Lisboa: Celta, 1999, p. 47-119.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2** (1980). São Paulo: Editora 34, vol. 1, 2011.

GONÇALVES, J. R. S. **A obsessão pela cultura** (1996). In: GONÇALVES, J.

GONÇALVES, J. R. S. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: MinC; IPHAN, 2007. p. 235-251.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOLSTON, J. Espaços de cidadania insurgente (1995). **Cidadania – Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 243-254, 1996.

LATOUR, B. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático) (2004). **Cadernos de campo**, v. 14/15, p. 339-352, 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade** (1968). São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço** (1974). 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2014.

LEFEBVRE, H. **Rhythmanalysis: space, time and everyday life** (1992). London: Continuum. 2004.

LEITE, C.; ACOSTA, C.; HADDAD, F.; e SUTTI, W. Urbanismo social em São Paulo. Política pública fundiária e instrumentos indutores desenvolvidos no período 2013-2016 (gestão Haddad). Vitruvius, 2018.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia** – pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p.17-31.

RANCIÈRE, J. A partilha do sensível. São Paulo: Ed. 34, 2005.

ROLNIK, S. **Cartografia ou de como pensar com o corpo vibrátil**. Núcleo de Estudos da Subjetividade - Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP. 1987.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção (1996). São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOSJUNIOR, O. A. Espaços urbanos coletivos, heterotopia e o direito à Cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M (Orgs.). **Teorias e práticas urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica (1989). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOJA, E. W. **Postmetrópolis** – Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones (2000). Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SOUZA, E. M.; SOUZA, S. P. Cartografia e genealogia: movimentos, processos e devires. In: SOUZA, E. M. (Org.) **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: Edufes, 2014, p. 215-238.

TONUCCI FILHO, J. B. M. **Comum urbano**: a cidade além do público e do privado. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.

TUAN, Y. Place: An Experiential Perspective. **Geographical Review**, v. 65, n. 2, p. 151-165, 1975.

URIARTE, U. M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, v. 11, p. 1-11, 2012.

VAN DE VEN, A. H.; POOLE, M. S. Alternative approaches for studying organizational change. **Organization studies**, v. 26, n. 9, p. 1377-1404, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**, v.8, n. 1, p. 113-148, 2002.

WAGNER, R. **A invenção da cultura** (1975). São Paulo: Cosac Naify, 2012.

Contribuições dos autores

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores Everton Rodrigues da Silva e João Marcos Veiga de Oliveira ficaram igualmente responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual do artigo, bem como pela revisão final do trabalho.

João Marcos Veiga - É doutorando (2019), bolsista Capes, pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), instituição na qual também obteve título de Mestre (2015), na linha de pesquisa História Social da Cultura.

Everton Rodrigues da Silva - É professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) - na graduação Interdisciplinar em Ciência e Economia; na graduação em Administração Pública; Mestrado Acadêmico em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS) e Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP). Doutor em Administração pelo CEPEAD/UFMG e Mestre em Ciências em Administração pelo Instituto COPPEAD de Administração (UFRJ).

Recebido para publicação em 11 de janeiro de 2023

Aceito para publicação em 20 de abril de 2023

Publicado em 27 de junho de 2023